

## Parceiros veem aproximações mas acordo está “muito longe”. Governo admite proposta no Parlamento

Parceiros vão continuar em negociações técnicas até à reunião de concertação social que ficou combinada para dia 3 de março. Há aproximações "técnicas", por exemplo, na parentalidade, mas “ainda estamos muito longe de um acordo”, resumiu Francisco Calheiros, da CTP. Ministra volta a admitir enviar proposta para o Parlamento.



Rosário Palma Ramalho fala de um governo "reformista" e volta a admitir enviar a proposta para o Parlamento.

Tiago Petinga / Lusa - EPA

*Catarina Almeida Pereira*

SEGUIR

13:12

Governo, patrões e UGT garantem que **há aproximações em matérias como a parentalidade, a inteligência artificial e novas tecnologias, com a Confederação do Turismo (CTP) a admitir deixar cair o alargamento da duração dos contratos a prazo de dois para três anos.** Mas as três partes **ainda estão “muito longe” de um acordo**, como resumiu Francisco Calheiros, aos jornalistas.

Os três pontos de aproximação “técnica” foram sinalizados pela ministra do Trabalho no final da reunião com os líderes das confederações patronais e da UGT, durante a qual ficou marcada uma reunião de concertação social para o próximo dia 3 de março.

Até lá, as partes prometem aproximar posições, o que se **para a UGT ainda vai exigir “muito esforço”, para a CIP implica "muito trabalho pela frente"**.

**“Ainda estamos muito longe de um acordo”**, resumiu Francisco Calheiros, presidente da CTP.

Foi a conclusão mais direta depois de um encontro em que todos os parceiros prometeram fazer uma aproximação de posições nas reuniões técnicas que vão decorrer até dia 3, e onde também serão consideradas as propostas que a UGT colocou em cima da mesa e que não se limitam a responder ao anteprojeto do Governo.

## **Parceiros veem "evolução" e "muito trabalho pela frente"**

Mário Mourão, da UGT, considerou a reunião positiva – **"foi bom"**, referiu – e disse que para um acordo as **cedências têm de existir "de parte a parte"** e que já houve "alguns pontos de consenso", que não identificou. Segundo descreveu, um acordo ainda vai exigir "muito esforço".

**"Evoluímos"**, constatou Armindo Monteiro, da CIP  **sinalizando entendimentos na área da parentalidade** – onde as propostas do Governo são contestadas por praticamente toda a oposição. Contudo, como já tinha referido à entrada para a reunião, "este acordo não pode ser inócuo nem iníquo". Garantindo que há propostas da UGT que têm "muita razoabilidade", o presidente da CIP referiu contudo que **não considera possível "aumentar salários, reduzir para quatro dias de trabalho, reduzir para 35 horas e aumentar os dias de férias"**.

Tal como Armindo Monteiro, que considera que o presidente da República vai ajudar a encontrar "uma solução" – para evitar que as "clientelas políticas" dominem o processo no Parlamento – Vieira Lopes, presidente da CCP, constatou que num enquadramento político diferente o presidente da República eleito "provavelmente também falará com os parceiros sociais para ver o que pensam".

O líder da CCP garante que fará "um esforço" e que tem "uma posição aberta" até "porque **a história tem mostrado que com acordo na concertação social [as alterações] têm tido mais facilidade em passar na Assembleia da República sem alterações**" e perdurar por mais tempo. "Em todas as áreas há pontos de acordo e de desacordo", referiu, avisando no entanto que um entendimento "tem de ter conteúdo suficiente para ser considerado uma evolução positiva na legislação laboral.

## **Governo identifica consensos mas garante que é "reformista"**

A ministra do Trabalho confirmou a reunião de concertação social no dia 3, identificou **três áreas de consenso "técnico" – parentalidade, inteligência artificial e novas tecnologias** – e admitiu **"posições mais próximas"**, garantindo que a proposta apresentada no início do mês pela UGT também está a ser analisada. "Não se trata de recuar, trata-se de chegar a posições mais próximas", sublinhou, garantindo que é isso que tem acontecido.

Rosário Palma Ramalho voltou contudo a admitir enviar a proposta para o Parlamento. **"Se porventura não houver acordo a proposta seguirá [para o Parlamento] porque esse é o papel do Governo, que é um governo reformista"**, respondeu Rosário Palma Ramalho, sem garantir se as propostas que apresentou à UGT, como a majoração que pode abrir a porta a mais três dias de férias, se mantêm. "Tudo está em aberto, essa matéria também está em aberto".

A ministra não respondeu diretamente a uma pergunta sobre se o seu lugar fica em causa caso a proposta não seja aprovada no Parlamento. **"Não é a mim que tem de colocar essa questão"**, disse.

Embora ninguém fixe o dia 3 de março como data limite, todos colocaram alguma expectativa nessa próxima reunião de concertação social – com a presença da CGTP – altura em que como referiu Mário Mourão se verá "se vai haver ou não acordo". Até porque **o processo** que a ministra do Trabalho tem dito que não quer "eternizar", **"não pode continuar indefinidamente"**, defendeu Armindo Monteiro, da CIP.

*Notícia atualizada pelas 13:49 com mais informação*

LEIA TAMBÉM

[CIP defende que lei laboral não justifica "conflito". "A nossa proposta é equilibrada"](#)